



**X COLÓQUIO  
INTERNACIONAL**  
"Educação e Contemporaneidade"  
22 a 24 de Setembro de 2016  
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

## **A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CAMPO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

JAILDA EVANGELISTA DO NASCIMENTO CARVALHO

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

**RESUMO** O presente trabalho tem por objetivo investigar o processo de expansão da educação superior no campo e suas contribuições para o desenvolvimento rural. Utilizou-se como metodologia a análise documental. Através das análises realizadas inferiu-se que a expansão das Licenciaturas em Educação do Campo poderá significar um relevante avanço dos princípios da expansão da educação superior no campo, porém é preciso que os Movimentos Sociais e Sindicais venha a fazer parte dos educandos destes cursos de graduações para que não se perca o vínculo direto desses cursos de formação de educadores com as lutas dos camponeses pela sua permanência na terra e no território, bem como e com a conquista das escolas neles existentes.

**Palavras-chave:** Expansão da educação superior, educação do campo, desenvolvimento rural.

**ABSTRACT** This study aims to investigate the process of expansion of higher education in the field and their contribution to rural development. It was used as a methodology document analysis. Through the analyzes it was inferred that the expansion of Undergraduate Field of Education could mean a significant advancement of the principles of expansion of higher education in the field, but it is necessary that the social and trade union movements will be part of the students of these graduate courses so as not to miss the direct link of these teacher training courses with the struggles of the peasants for their stay on land and territory, as well as and the conquest of existing schools in them. **Key words:** Expansion of higher education rural education, rural development.

**RESUMO** O presente trabalho tem por objetivo investigar o processo de expansão da educação superior no campo e suas contribuições para o desenvolvimento rural. Utilizou-se como

metodologia a análise documental. Através das análises realizadas inferiu-se que a expansão das Licenciaturas em Educação do Campo poderá significar um relevante avanço dos princípios da expansão da educação superior no campo, porém é preciso que os Movimentos Sociais e Sindicais venha a fazer parte dos educandos destes cursos de graduações para que não se perca o vínculo direto desses cursos de formação de educadores com as lutas dos camponeses pela sua permanência na terra e no território, bem como e com a conquista das escolas neles existentes.

**Palavras-chave:** Expansão da educação superior, educação do campo, desenvolvimento rural.

**ABSTRACT** This study aims to investigate the process of expansion of higher education in the field and their contribution to rural development. It was used as a methodology document analysis. Through the analyzes it was inferred that the expansion of Undergraduate Field of Education could mean a significant advancement of the principles of expansion of higher education in the field, but it is necessary that the social and trade union movements will be part of the students of these graduate courses so as not to miss the direct link of these teacher training courses with the struggles of the peasants for their stay on land and territory, as well as and the conquest of existing schools in them. **Key words:** Expansion of higher education rural education, rural development.

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que a formação de professores no Brasil é um processo histórico que sempre esteve presente nos debates acadêmicos, nas reuniões pedagógicas, bem como no cotidiano das escolas em todo país, esse processo ocorreu a partir das fragilidades que se torna cada vez mais visível na formação desse profissionais. Ao focalizar a formação de professores para trabalhar nas escolas do campo, esse contexto se torna ainda mais complexo, pois, o espaço campesino necessita de profissionais com formação específica e diferenciada.

Dessa forma, uma das reivindicações postas na pauta de discussões dos Movimentos Sociais do Campo perante o Estado é a formação específica para tais professores, é uma reivindicação que se sustenta a partir do pressuposto das necessidades e especificidade postas pelos sujeitos camponeses, visto que para trabalhar no campo o professor precisa conhecer e se inteirar com esse contexto, fato que é de fundamental importância para a qualidade do trabalho docente no campo.

Essa reivindicação vem sendo atendida mais notadamente através da expansão das Licenciaturas em Educação do Campo que estão sendo implantada/implementadas nas Instituições de Ensino Superior-IESs em todo Brasil que atualmente se constitui em quantitativo de 42 cursos permanentes.

É política ainda muito recente, mas que vem ganhando espaços nas Instituições de ensino superior

em todo Brasil, fato que possibilita levantar o seguinte questionamento: quais as contribuições que a expansão das Licenciaturas em Educação do campo podem trazer para a educação do meio rural?

Questão que desencadeou o objetivo desse texto que foi investigar através das Licenciatura em Educação do Campo- LEDOCs o processo de expansão da educação superior no campo e suas contribuições para o desenvolvimento rural. **2. DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Sabe-se que construir uma educação do campo significa pensar também numa escola sustentada no enriquecimento das experiências de vida, da formação humana, nos processos de produção da agricultura familiar camponesa, não em nome da permanência, nem da redução destas experiências, mas em nome da reconstrução dos modos de vida, pautada na ética da valorização humana bem como no respeito às diferenças.

Dessa forma, a escola do campo precisa ser capaz de ajudar na construção de um “processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua própria história” (CALDART, 2000, p. 26). E para que esse projeto aconteça assegurando os princípios da Educação do Campo, é preciso pensar também na formação dos professores que atuam nesse contexto, visto que os dados do INEP (2011) mostraram a precarização da formação desses professores, tais dados mostraram que pouco mais de um terço (35%) dos professores que trabalham nas escolas rurais não tem formação adequada para lecionar. Contudo, formar esse contingente de 118.736 profissionais é apenas um dos desafios do Ministério da Educação, o qual lançou em 2012, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo)[i] um programa de formação de professores que objetiva atender as necessidades dessa formação, pois, além de promover a formação dos professores do campo, investe também na compra de materiais didáticos específicos para o campo, de automóveis para transporte, reforma de escolas, construção de novos espaços e compra de equipamentos para atender as demandas do campo. No entanto, essa iniciativa é considerada um passo importante, mas não suficiente para combater a precarização dessa formação tendo em vista a complexidade do problema.

Na área rural, a quantidade de professores que possuem diploma de nível superior corresponde a 43,8% do total (CENSO, 2010). É possível observar através desses dados é possível observar a dimensão da precarização dessa formação e a evidente necessidade de políticas públicas voltadas para formação dos professores que trabalham no campo, pois, esses dados nos confirmam o tamanho descaso do governo para com a educação do campo, bem como com a formação dos profissionais que materializam essa educação.

Dessa forma, defender a formação dos professores que estão no campo é uma das prioridades dos Movimentos Sociais e o Pronacampo é uma das políticas que o governo lançou para atender as reivindicações desses movimentos no âmbito da formação de professores, que se constitui em uma das prioridades desse projeto.

O Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo - PROCAMPO[ii] faz parte do eixo 2 do subprograma do governo. É nesse eixo que se localiza a responsabilidade do Estado em apoiar a implantação dos 42 novos cursos de Licenciatura em Educação do Campo que estão sendo implantados/implementados nas universidades brasileira desde 2009 (MOLINA, 2014).

Esse programa foi criado pelo Ministério da Educação em 2009, visando apoiar a implantação/implementação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas rurais.

É um programa que visa atender as necessidades postas pelos Movimentos Sociais e Sindicais do Campo em relação aos sujeitos do campo prevendo a criação de condições teóricas, metodológicas e práticas para que os educadores possam atuar na construção e reflexão do projeto político-pedagógico das escolas do campo.

É um curso que se diferencia dos demais cursos regulares pela sua organização curricular que é composta por etapas presenciais, equivalentes a semestres de cursos regulares, em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade, bem como a formação por áreas do conhecimento previstas para a docência multidisciplinar, com definição pela universidade da(s) respectiva(s) área(s) de habilitação buscando atender a realidade social e cultural específica das populações do campo que serão beneficiadas com esse curso de formação.

Nesse contexto, construir Educação do Campo significa formar educadores e educadoras do campo para atuação em diferentes espaços educativos. Segundo Caldart (2004)

[...] se defendemos uma formação específica é porque entendemos que boa parte deste ideário que estamos construindo é algo novo em nossa própria cultura. Há uma nova identidade de educador que precisa ser cultivada, ao mesmo tempo em que há toda uma tradição pedagógica e um acúmulo de conhecimentos sobre a arte de educar que precisa ser recuperada e trabalhada desde esta intencionalidade educativa da Educação do Campo (CALDART, 2004, p.22).

Entretanto, é preciso olhar esse processo de expansão das LEDOCS com muita responsabilidade para que ela não aconteça de forma que possa subsumir os principais critérios que as definem como projetos que visam atender os princípios das escolas do campo. É preciso ficar atento ao processo de institucionalização das universidades (IESs) processo que se fará presente no crescimento tanto da oferta dos cursos quanto das vagas para que esses critérios não sejam desrespeitados.

É necessário defender a presença dos movimentos sociais e sindicais do campo nesse cursos de graduações, essa presença poderá significar a ruptura do intenso processo de mercantilização da produção do conhecimento que se faz presente na Educação Superior. Esse vínculo direto dos camponeses nesses cursos de formação de professores, bem como a luta desses pelo o acesso e permanência na terra e no território, a conquista das escolas neles existentes é de fundamental importância nesse processo de expansão.

Considerando a conjuntura política e social que o país está vivenciando, a concretização da oferta desses cursos, bem como a conquista dos fundos públicos do Estado para manutenção, extensão e permanência desses cursos representa uma vitória para os Movimentos Sociais e sindicais, dentre esses o MST que, de acordo com Neto (2009)

[...] é, sem dúvida, o mais importante movimento de luta no último quarto do século XX e início do XXI no Brasil e tem trazido para a discussão tanto o problema agrário quanto o problema educacional, considerados por seus líderes os dois principais instrumentos de transformação da classe trabalhadora deste país (NETO, 2009, p. 04).

E a expansão das LEDOCs está dentro desse processo, porém, é preciso se atentar aos desafios que esta traz a manutenção dos princípios da memória da educação do campo para que ao invés de potencializá-los, estes venham a regredi-los. É necessário ficar atento e analisar a forma que está se consolidando essa concepção de Educação do Campo no âmbito do Ensino Superior.

É preciso analisar como é que está acontecendo a estratégia de ingresso dos sujeitos camponeses nessas turmas, se esse público está realmente adentrando e permanecendo nesses cursos, como é que está sendo estruturado os vínculos desses cursos com as escolas do campo, bem como a forma que está sendo colocada a concepção de alternância nessas licenciaturas.

Pois, o sentido da LEDOC está posto no vínculo das lutas por outro modelo de campo e de desenvolvimento, se apondo ao atual modelo de agronegócio em detrimento da agricultura familiar. Uma educação para atender as especificidades do campo precisa ser construída a parti

das perspectiva da Educação do Campo, conforme afirma (CALDART, 2004, p. 18) tal educação “é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino”. E é nessa licenciatura que está depositado a ideia de orientação para uma educação que oriente os sujeitos do campo a superar os desafios postos por inúmeros fatores que tem afetado esses povos a exemplo do agronegócio[iii] que através da implementação de suas maquinas de alta tecnologias reduz a mão de obra do camponês, fator que pode leva-lo a migrar de sua região para cidade e/ou para outra região.

É importante ressaltar que desde a realização da I Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo – CNEC, em 1998, que na pauta de reivindicações dos Movimentos estava a exigência de uma Política Pública específica para dar suporte e garantir a formação de educadores do campo. Somente na realização da II Conferência Nacional em 2004, foi que se consolidou esse processo como uma das prioridades requeridas pelo Movimento Por Uma Educação do Campo, o Procampo se configurou em uma dessas políticas.

Porém, inicialmente esses cursos foram apresentados através de editais onde as IESs, concorriam a esses editais e implantavam uma turma em suas instituições sem garantia de permanência, fato que negava a continuidade da formação para alguns sujeitos do campo, a partir de suas especificidades e necessidades.

Diante desse contexto, os movimentos procuraram pressionar o governo a mudar a situação de tais cursos, que estes passassem de temporários para permanentes, regularizando-os como os demais cursos das universidade, assegurando aos sujeitos do campo o direito de continuar seus estudos e permanecer no campo, visto que

Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo têm como objeto a escola de Educação Básica, com ênfase na construção da Organização Escolar e do Trabalho Pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Os cursos objetivam preparar educadores para, além da docência, atuar na gestão de processos educativos escolares e na gestão de processos educativos comunitários. (MOLINA, 2015, p. 152)

Dessa forma, observa-se a complexidade do curso de Licenciatura em Educação do Campo, tal curso não objetiva somente formar o professor para a docência, ele vai além dos processos pedagógicos, preparando-os para atuar também na gestão dos processos educativos, bem como nos comunitários, é nesse último ponto que se encontra a importância do envolvimento do aluno

com a comunidade, vínculo que pode se reforçar ainda mais durante a realização do curso na etapa do tempo comunidade.

A organização curricular dessa graduação prevê etapas presenciais que corresponde a semestres de cursos regulares, porém, ofertados em regime de Alternância divididos entre Tempo Escola e Tempo Comunidade, tendo em vista articular intrinsecamente a educação com a realidade específica das populações do campo. Esta metodologia intenciona evitar que o ingresso de jovens e adultos na Educação Superior reforce a alternativa de deixar de viver no campo, bem como objetiva facilitar o acesso e a permanência no curso dos professores em exercício nas Escolas do Campo (MOLINA; SÁ, 2011).

A matriz curricular proposta pelo curso desenvolve uma estratégia multidisciplinar de trabalho docente, organizando os componentes curriculares a partir de quatro áreas do conhecimento: Artes, Literatura e Linguagens; Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias.

Ao desenvolver os conteúdos dessas áreas os professores universitários precisam fazer relação com as questões que envolvem cada área no campo, para que no tempo acadêmico não se perca de vista o principal objetivo do curso que é atender as demandas do campo. Outro fator importante a ser considerados durante o processo de implantação desse curso é garantir a participação dos sujeitos do campo não somente nos curso, mas também na construção das políticas públicas que lhes são ofertadas se constitua na principal diferença na concepção e elaboração de tais políticas.

Observa-se que durante a primeira décadas de sua história esse ato se tornou muito forte para garanti esse princípio, porém ao longo dos anos tem-se percebido que essa participação foi se perdendo. De acordo com Molina, essa participação tem

[...] se transformando em mera representação formal, sem uma efetiva participação na concepção e no “*modus operandi*” das políticas públicas, à medida que foram se intensificando as mudanças do modelo de desenvolvimento no campo, a partir da consolidação do agronegócio no país. (MOLINA, 2015, p, 149-150)

Essa mudança que foi se intensificando mais notadamente a partir da consolidação do agronegócio no país modelo esse, que mudou também o modelo de desenvolvimento no campo, pois o agronegócio transformou toda estrutura do modelo de agricultura familiar camponesa.

Sabe-se que o curso de Licenciatura em Educação do Campo, se consolidou como uma das conquistas do movimento Por Educação do Campo para atender as demandas e necessidades postas pelos sujeitos do campo, entretanto, esse curso pode ser considerado uma vitória diante tantas lutas por direitos que foram negados durante anos aos sujeitos do campo, mas também pode se transformar em desafios ao expandir esses curso para diversas universidades tendo em vista o processo de institucionalização dos mesmos.

Nesse contexto, um dos maiores desafios enfrentados pela expansão pode estar na estratégia de ingresso dos sujeitos camponeses nesses cursos, uma vez que são eles quem compõem o público alvo de tais licenciaturas, porém o seu ingresso deverá acontecer através de vestibular específico, dada as condições históricas da desigualdade da educação no meio rural, fato que se traduz na fragilidade da formação de alguns sujeitos que vive no campo, esse processo será imprescindível para manter realmente o caráter de política afirmativa do Procampo.

O que tem se apostado nessas licenciaturas é a pretensão de formar intelectuais orgânicos dentro da classe trabalhadora onde esses sujeitos possam ser comprometidos com as lutas de classe, bem como com as transformações das condições de vida no campo.

Esse processo formativo precisa ser desenvolvido não somente dentro do contexto escolar, mas também fora dele juntamente com a comunidade que já detém seu conhecimento o qual se agregará aos conhecimentos científicos transformando-os em novos conhecimentos que sirvam como elementos que possam subsidiar a classe em suas lutas contra a intensificação da lógica de acumulação do capital no meio rural, principalmente o agronegócio que tem prejudicado o território camponês.

De acordo com Jesus e Carvalho (2015)

O agronegócio se desenvolve no contexto neoliberal, a partir da aliança entre o capital, o latifúndio e o Estado. Ele é Constituído pelo conjunto dos vários empreendimentos capitalistas vinculados direta ou indiretamente aos processos produtivos agropecuários, subordinados às corporações transnacionais que afeta diretamente o modo de vida camponês. (JESUS; CARVALHO, 2015, p. 02)

Ainda segundo essas mesmas autoras o desenvolvimento e a consolidação do agronegócio no Brasil é fruto, sobretudo, de um amplo apoio institucional que garantiu as condições políticas e econômicas necessárias para a ampliação dos seus territórios.

Nesse contexto, essas mesmas autoras afirmam que “Os impactos do agronegócio à população ocupada no campo afeta os produtores da agricultura familiar de base camponesa e, em especial, os assentados da reforma agrária” (JESUS e CARVALHO, 2015, p. 03). Pois, o investimento das empresas do agronegócio imobilizam a formação de produção do camponês, os quais lutam para a transformação desta dura realidade.

E é nos cursos de licenciaturas que os camponeses acreditam ser possível adquirir maiores conhecimentos que os ajudem na materialização da transformação dessa realidade, trazendo aos formandos elementos que subsidiem na transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados as novas gerações tornando-as aliadas dos camponeses em busca da luta e permanência no seu território.

E a formação por alternância é de fundamental importância para esses processo, pois é nesse momento que esses sujeitos tem o acesso dos conhecimentos científicos através da universidade e a oportunidade de coloca-los em prática através do tempo comunidade, momento de materialização e fortalecimento dos vínculos com sua comunidade de origem. No entanto, é imprescindível que esse momento não seja reduzido somente ao tempo escola, pois o tempo comunidade também se constitui em um espaço de construção do conhecimento e aprendizagem ligadas as condições de vida e trabalho no campo durante esse período.

Outra potencialidade de se inseriu na escolas do campo através da educação superior no campo foi o acesso as novas tecnologias, visto que o uso dessas tecnologias apesar de ainda serem precário no campo é indispensável para a materialização dos cursos acadêmicos seja no tempo escola ou comunidade, pois esses precisam realizar pesquisas, bem como produzir seus trabalhos acadêmicos.

Para (JESUS, 2010, p. 421) não é suficiente formar profissional da educação do campo, mas o profissional com a formação “do sentido público de sua formação, com o domínio das técnicas, das bases científicas para pensar, quadros conceituais, os métodos de trabalho, são alguns elementos que não podem faltar a uma formação profissional”.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões que foram postas no decorrer do trabalho, alguns pontos foram possíveis de serem observados à guisa de conclusão. Inicialmente observou-se esforço e a luta constante dos movimentos sociais e sindicais na busca da efetivação de seus direitos perante o Estado, segundo o descaso e precarização que vem acontecendo no âmbito do sistema educacional, seja na educação básica ou superior. Pois, essa precarização pode ser observada através dos dados que

analisamos.

No âmbito do agronegócio pode-se observar que este vem expandindo cada dia mais no Brasil, fato que tem provocado o esvaziamento do campo, uma vez que este se constitui como espaço para o cultivo da monocultura. O agronegócio é a política que impede a existência de escolas e de profissionais qualificados no campo.

Em relação as políticas para a educação superior, os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo se constitui em uma dessas políticas, porém, é evidente que ainda são muitos os desafios para que essa política continue a atender os princípios da educação do campo, pois a realidade mostra que cada dia será mais difícil, tendo em vista o avanço do agronegócio que reforça o fechamento das escolas e a ausência de política pública que redefine o território da classe trabalhadora a partir das suas demandas de trabalho e de produção da vida.

Mais que realizar os cursos de licenciatura, a atualidade demanda hoje por lutas concretas na defesa do trabalho do/no campo, só assim, a educação poderá retomar o seu lugar e a sua função social de alimentar as condições da classe trabalhadora para realizar as transformações necessárias. REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. In: Por Uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (Orgs). Brasília, DF: 2004. Coleção Por Uma Educação do campo, nº 5.

\_\_\_\_\_. A escola do campo em movimento. In: projeto popular e escolas do campo. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº3, Brasília, 2000.

JESUS, Sônia Meire S. Azevedo de; CARVALHO, Jailda E. Nascimento do. **A formação de professores na educação superior e o fechamento de escolas no campo sergipano**. In: Anais do XXIII Seminário Nacional da Rede Universitas/Br: políticas de educação superior no Brasil: A expansão privado-mercantil em questão. Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. p. 1235-1247.

JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. Formação de educadores do campo e o compromisso com a emancipação da classe Trabalhadora. In.: **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. (Org.) Leôncio Soares [et al.]. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. pp. 407-525.

MOLINA, Mônica Castagna. **Expansão das licenciaturas em Educação do Campo:** desafios e potencialidades. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015. Editora UFPR.

\_\_\_\_\_MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília: Estratégias Político Pedagógicas na formação de educadores do campo. In *Licenciaturas em Educação do Campo - Registros e reflexões a partir das experiências piloto*. (UFMG;UnB; UFS e UFBA) (Orgs.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

NETO, Luiz Bezerra. **A educação rural no contexto do MST**. In: *Educação do campo: recortes no tempo e no espaço*. (Org.) Gilberto Luiz Alves. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

Sites utilizados: <http://>

[www.](http://www.inep.gov.br)

[inep.gov.br](http://inep.gov.br)

. Acesso em 23 de setembro de 2012. <http://>

[www.](http://www.serieestatisticas.ibge.gov.br)

[serieestatisticas.ibge.gov.br](http://serieestatisticas.ibge.gov.br)

[/series.asp](http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.asp)

x?

Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

**Dados da autora** Mestrado em Educação PPGED/UFS, Doutoranda em Educação também pelo PPGED/UFS, membro do grupo de pesquisa Movimentos Sociais, professora da rede Estadual de Sergipe.

[i] O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) é uma ação do Governo Federal resultado da mobilização dos movimentos sociais e sindicais do campo, com apoio do MEC. Oferece apoio técnico e suporte financeiro para estados e municípios implementarem suas políticas de Educação do campo. [www.](http://www.contag.org.br)

[Contag. Org.br](http://www.contag.org.br)

.

[ii] O Procampo tem a missão de promover a formação superior dos professores em exercício na rede pública das escolas do campo e de educadores que atuam em experiências alternativas em educação do campo, por meio da estratégia de formação por áreas de conhecimento, de modo a expandir a oferta de educação básica de qualidade nas áreas rurais, sem que seja necessária a

nucleação extracampo.

[iii] “O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento” (FERNADES; MOLINA, 2004, p. 41), principalmente no meio rural.

**Dados da autora** Mestrado em Educação PPGED/UFS, Doutoranda em Educação também pelo PPGED/UFS, membro do grupo de pesquisa Movimentos Sociais, professora da rede Estadual de Sergipe.

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 07/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: